



# NOVIDADES LEGISLATIVAS



## **Senado discute Reforma Tributária**

A Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal realizou hoje audiência pública para iniciar os debates acerca da Reforma Tributária. Na casa, a matéria está sendo tratada na PEC 110/2019, de autoria do senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), que se encontra sob relatoria do senador Roberto Rocha (MDB/MA).

A audiência contou com a presença do ex-deputado Luiz Carlos Haully, idealizador da PEC 110; do diretor-executivo da Instituição Fiscal Independente (IFI), Felipe Salto e do deputado Luciano Bivar.

O ex-deputado Haully apresentou os pontos principais que norteiam a PEC 110 e o deputado Bivar defendeu sua proposta de imposto único, apresentada formalmente na forma de emenda à PEC 45/2019.

O diretor da IFI fez um apanhado técnico sobre os principais pontos da proposta que tramita no Senado, da proposta que tramita na Câmara e da proposta do Governo. De acordo com Felipe Salto, um imposto sobre valor agregado (IVA) confere componentes de eficiência, simplicidade e transparência ao complexo sistema tributário que o Brasil tem hoje. As três propostas analisadas por ele preveem um imposto desse tipo.

A principal diferença entre as três é a solução oferecidas por elas ao problema de autonomia federativa. Na PEC 110/2019 o IBS é um imposto estadual, na PEC 45/2019 os entes fazem jus a subalíquotas e na proposta do Governo o IBS não abrangeria os tributos sobre o consumo de competência estadual e municipal.

Entretanto, apontou pontos de atenção nas propostas como previsões específicas para o desenvolvimento regional, o prazo da transição, o tamanho dos impostos seletivos, a questão das administrações tributárias, rigidez orçamentária e o tamanho de um imposto sobre movimentação financeira que venha para desonerar a folha de pagamentos.

O Senador Fernando Bezerra (MDB/PE) iniciou sua fala elogiando a decisão da Comissão de Justiça de tratar da Reforma Tributária e da Reforma da Previdência de forma concomitante. Informou ainda que acredita ser o Senado a casa adequada para discussão inicial da matéria e que acredita ser possível a apreciação da matéria em 45 dias. Para o senador, as propostas



expostas na audiência carecem de aprimoramento que preveja tratamento adequado ao desenvolvimento regional.

O Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO) expôs grande preocupação com a previsão de tributação no destino e o impacto que isso terá nos estados em desenvolvimento, como Goiás.

O Senador Marcelo Castro (MDB/PI) ressaltou a regressividade do atual sistema tributário. Defendeu a desoneração da folha através de um imposto sobre movimentação financeira. Sobre a cumulatividade de um imposto de tal natureza disse que é necessário ter muito cuidado ao dosar a alíquota. Defendeu ainda a tributação da distribuição dos lucros e dividendos. Informou ainda que crê ser necessário aprimoramento da proposta no sentido de assegurar participação dos estados, distrito federal e municípios, também da exploração de energia eólica e solar.

O senador Roberto Rocha (PSDB/MA), relator da matéria, diz ser importante uma reflexão de se é possível e como poderia ser feita uma diminuição da tributação sobre o consumo e um aumento da tributação da renda. Convidou ainda o deputado Luis Miranda (DEM/DF) para discorrer sobre o assunto em uma próxima audiência que debata o tema.

**NOVIDADES LEGISLATIVAS** | Publicação Semanal da Confederação Nacional da Indústria - Unidade de Assuntos Legislativos - CNI/COAL | Gerente Executivo: Marcos Borges de Castro | Coordenação Técnica: Marcos Borges | Informações técnicas e obtenção de cópias dos documentos mencionados: (61) 3317.9399 novidades.leg@cni.com.br | Assinaturas: Serviço de Atendimento ao Cliente (61) 3317.9989/9993 | sac@cni.com.br | Setor Bancário Norte, Quadra 1, Bloco C, Edifício Roberto Simonsen | CEP 70040-903 Brasília, DF | (61) 3317.9001 www.cni.com.br | Autorizada a reprodução desde que citada a fonte.